

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-03-06

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2022). Guerra irregular em Timor: a resistência contra o invasor japonês (1942-1945). In Jorge Silva Rocha (Ed.), *Atas do XXX Colóquio de História Militar "A guerra irregular em Portugal: da fundação à atualidade"*. (pp. 421-445). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2022). Guerra irregular em Timor: a resistência contra o invasor japonês (1942-1945). In Jorge Silva Rocha (Ed.), *Atas do XXX Colóquio de História Militar "A guerra irregular em Portugal: da fundação à atualidade"*. (pp. 421-445). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

GUERRA IRREGULAR EM TIMOR

A RESISTÊNCIA AO INVASOR JAPONÊS – 1942-1945

Esta nossa comunicação tratará de traçar um retrato resumido das principais acções de resistência contra as forças japonesas levadas a cabo por portugueses europeus, timorenses e australianos no período compreendido entre a invasão de Timor em 20 de Fevereiro de 1942 e a rendição das forças japonesas presentes em Timor em Setembro de 1945.

Com o detalhe permitido pelas fontes disponíveis, procurar-se-á descrever o contexto do aparecimento das acções de resistência e guerrilha, sua dispersão geográfica, a composição dos grupos de resistentes, o seu treino, equipamento e as suas principais operações no período temporal em apreço. Conclui-se com uma breve referência ao reconhecimento, neste caso a falta dele, das autoridades portuguesas dos actos valorosos praticados pelos resistentes de Timor.

INTRODUÇÃO

À semelhança de outros teatros de operações da Segunda Guerra Mundial, a guerra na Ásia e no Pacífico, mais do que um enfrentamento militar entre exércitos inimigos, foi sobretudo um confronto violento entre diferentes culturas e raças. Uma luta entre “homens brancos” e “homens amarelos”, diferentes na sua fisionomia mas também com diferentes valores e entendimentos sobre o respeito merecido pelas populações e pelas forças oponentes aprisionadas durante os combates, sobre misericórdia e, também, sobre contenção nas acções.

O *bushido*, o ancestral código de conduta do Samurai orgulhosamente seguido ao longo de gerações, continuava a orientar a acção do combatente japonês durante a Segunda Guerra Mundial no sentido da correta execução das tarefas militares, da irrepreensível conduta no dia-a-dia e, da busca de uma morte digna em combate. No entanto, os preceitos do *bushido* que estabeleciam que o combatente devia agir sempre com justiça e com compaixão para com o seu inimigo, derrotado ou enfraquecido, foram permanentemente ignorados na hora de lidar com os habitantes dos territórios invadidos. No seu entendimento, os não japoneses que permitiam a sua captura em combate não mereciam qualquer contemplação e deviam ser odiados, desprezados e mortos.

Com total desrespeito pela Convenção de Genebra que estabelecera, a partir de 1929, o direito e a obrigatoriedade dos prisioneiros de guerra serem tratados com humanidade e sem sujeição à tortura e a quaisquer atos de pressão física ou psicológica, garantindo-se-lhes auxílio sanitário e alimentação bem como o respeito pela sua religião, nos campos de concentração e internamento de prisioneiros

de guerra estabelecidos pelas forças militares japonesas durante a guerra no Pacífico eram frequentes os espancamentos violentos e mortais, a recusa de auxílio médico, o insuficiente fornecimento de alimentação e mesmo a experimentação médica em prisioneiros.

Estima-se que um em cada três prisioneiros morreu às mãos dos japoneses.

TIMOR NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - A “INVASÃO” POR AUSTRALIANOS E HOLANDESES

Em plena Segunda Guerra Mundial, em dezembro de 1941, a atividade militar da colônia portuguesa estava bastante longe de ser eficaz.

Por altura da Segunda Guerra Mundial, a diminuta guarnição existente em Timor estava reduzida a uma Companhia de Infantaria indígena (Companhia de Caçadores de Timor) e a um Pelotão de Cavalaria também indígena (da Fronteira), um dispositivo militar que, estabelecido oficialmente em finais da década de 1930, se podia considerar suficiente para a manutenção da ordem interna, mas totalmente insuficiente e desadequado para sustentar qualquer ataque externo.

A guarnição militar da colônia tinha um efetivo total de três oficiais; sete sargentos e cerca de 30 cabos europeus, mestiços e indígenas; quatro soldados europeus e mestiços; cerca de 300 soldados indígenas.

Sabe-se hoje que, desde junho de 1941, de forma sigilosa, estavam a ser preparadas pelo Exército australiano 12 companhias independentes (comandos) para atuação atrás das linhas inimigas.

Confrontadas com a rápida expansão japonesa no Pacífico, as chefias militares australianas decidiram aproveitar estas unidades para defesa do cordão de ilhas situadas a Norte e Nordeste da Austrália de modo a funcionarem como postos avançados onde esperavam sustentar uma primeira investida do inimigo. Neste contexto uma companhia independente australiana viria a desembarcar inicialmente em Timor holandês mas acabaria, juntamente com forças militares holandesas, por ser destacada para Timor português, onde mais tarde viria a ser reforçada por outra companhia independente australiana.

Assim, no dia 17 de dezembro de 1941, a neutralidade portuguesa foi, pela primeira vez, violada em Timor.

Cerca da uma hora da tarde, contrariando a vontade das autoridades portuguesas e a pretexto da iminente invasão japonesa da colônia portuguesa, ocorreu o desembarque das forças australianas e holandesas nas imediações de Díli. O Governador português, Manuel Ferreira de Carvalho, ao tomar conhecimento da entrada no território daquelas forças, fez saber que não tinha solicitado qualquer ajuda externa para a defesa do território e que, por isso, não podia concordar com a ação em curso

considerando-a uma ação de ocupação hostil uma vez que não se tinha verificado o pressuposto da invasão do território por forças japonesas.

Cinco dias depois, foi entregue ao Embaixador inglês uma nota em que se instava à saída das tropas australianas e holandesas do território logo que chegasse a Timor o contingente militar português que, entretanto, estava a ser aprontado em Moçambique e que teria um número de efetivos equivalente ao das forças aliadas ocupantes.

A INVASÃO E OCUPAÇÃO DE TIMOR PELAS FORÇAS IMPERIAIS JAPONESAS

Ao mesmo tempo que as autoridades portuguesas procuravam reunir em Moçambique os efetivos necessários à substituição das forças holandesas e australianas estacionadas em Timor, o Governo português procurava também por todos os meios manter um diálogo diplomático construtivo com as autoridades japonesas, que permitisse controlar eventuais retaliações nipónicas derivadas da presença daquelas forças em solo timorense.

No dia 19 de fevereiro de 1942, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, Teixeira de Sampaio, recebeu em audiência privada o Ministro do Japão em Lisboa que era portador de uma mensagem oficial urgente. Após os cumprimentos habituais, o Diplomata informou o governante português que, por motivos de autodefesa, o governo imperial japonês tinha decidido expulsar as forças holandesas e australianas da colónia portuguesa de Timor. Solicitou ainda que a ocupação japonesa de Timor não fosse considerada nem um acto de guerra contra Portugal nem uma forma de ataque à neutralidade portuguesa. As forças japonesas retirariam logo que a necessidade de autodefesa deixasse de existir.

Na noite de 20 fevereiro de 1942 deu-se o desembarque das forças japonesas em diversos pontos da colónia portuguesa tendo início uma ocupação que se prolongaria até ao final da Segunda Guerra Mundial. Gradualmente, as forças militares japonesas foram ocupando uma parte significativa do território e chegaram a dominar a quase totalidade da sua costa.

A partir de 31 de maio de 1942, o Governador Ferreira de Carvalho e os poucos funcionários administrativos que tinham ficado em Díli, viram os seus movimentos restringidos à residência oficial e os contactos com a metrópole deixaram de ser possíveis. Díli encontrava-se então praticamente deserta. A maioria dos seus habitantes abandonou a cidade e procurou refúgio no interior do território. As reduzidas forças militares portuguesas foram, entretanto, instruídas pelo Governador no sentido de não oferecerem resistência e foram deslocadas para Aileu onde se encontrava refugiado o grosso da população civil. Aqui viria a ter lugar um dos maiores massacres perpetrados pelas forças japonesas com a colaboração das tristemente célebres “colunas negras” organizadas pelos japoneses com recurso a habitantes da localidade de Atambua (Timor holandês).

Europeus, timorenses, australianos e holandeses viram-se assim forçados a procurar refúgio nas montanhas onde levaram a cabo ações de resistência e guerrilha contra o invasor grandemente favorecidas pelas difíceis características do relevo e pelo apoio incondicional das populações locais. Muitos timorenses acabaram por ser executados pelas forças ocupantes acusados de colaborar com os elementos da resistência. O caso mais célebre de resistência timorense ao invasor é o de D. Aleixo Corte Real, Régulo de Ainaro, e dos seus súbditos que ficaram cercados por forças japonesas e por elementos das “colunas negras” nas montanhas de Suro-Lau, onde resistiram durante algumas semanas. A falta de alimentos e de munições levaram D. Aleixo a render-se juntamente com os seus guerreiros. Aprisionados e julgados sumariamente acabaram por morrer às mãos dos invasores japoneses.

Ao longo dos primeiros cinco meses de ocupação as ações da guerrilha conseguiram infligir graves danos às forças militares ocupantes no entanto, a partir de agosto de 1942, as forças japonesas lançaram uma contraofensiva que levou à interrupção da maior parte dos circuitos de cooperação entre as populações locais e as forças da resistência.

IMPOSSIBILITADOS DE RESISTIR

O ponto de ruptura definitivo no que respeita à segurança das populações da colónia de Timor teve lugar na madrugada de 1 de outubro de 1942. Nessa madrugada e no dia que se lhe seguiu a vila de Aileu, localidade nas montanhas onde se tinham refugiado grande parte dos habitantes europeus e indígenas fieis às autoridades portuguesas, foi varrida por uma onda de destruição e morte, a mais grave até então vivida desde que se dera a invasão.

Com a cobertura e apoio, cada vez menos dissimulado, de forças japonesas, uma grande “coluna negra” vinda de Díli assaltou o quartelamento militar aí existente. A unidade militar que aí estava aquartelada (Companhia de Caçadores de Timor) era uma das poucas ainda em funcionamento em todo o território e nela se tinha reunido o grosso dos efetivos que restavam da força armada portuguesa que tivera um papel ativo nas ações levadas a cabo para debelar as revoltas indígenas que desde a invasão japonesa tinham surgido em diversos pontos da colónia.

Foram mortos, além do comandante da unidade militar, Capitão Ferreira da Costa, diversos militares europeus e timorense mas também alguns civis europeus que se tinham refugiado em casa daquele oficial.

Especialmente visada nas ações violentas perpetradas pelas “colunas negras”, a população não timorense que estava dispersa um pouco por todo o território, esgotara toda a capacidade de resistência e corria sério risco de aniquilação requerendo por isso rápida ação do Governador que se apressou a apresentar às autoridades de Lisboa e ao Cônsul japonês em Timor, um pedido de evacuação da população portuguesa do território. Em Lisboa a solicitação não teve acolhimento favorável por

se considerar a ação contrária à manutenção da soberania portuguesa sobre o território. O Cônsul japonês, reconhecendo a necessidade de se encontrar uma solução urgente para a situação, propôs em alternativa a colocação da população portuguesa sob proteção das forças militares nipónicas.

Reticente em aceitar a proteção proposta pelos japoneses, só após duas tensas sessões de negociação com o comando militar japonês, durante as quais procurou obter as melhores garantias de proteção e segurança bem como a clara definição das zonas de concentração, assentiu o Governador Ferreira de Carvalho em assinar um pedido oficial de proteção das vidas dos portugueses.

Como zonas de contração ficaram definidas, além de Díli, as localidades de Liquiçá e Maubara, zona que viria a ser apelidada de “açougue dos portugueses”.

No início de 1943 permaneciam em Timor cerca de 150 portugueses europeus, funcionários públicos e civis e respectivas famílias. Os restantes tinham, com a ajuda das forças navais australianas, deixado o território.

A RESISTÊNCIA

Em entrevista ao Jornal “Século” de 23 de Abril de 1912 Augusto Vieira da Rocha – governador interino de Timor no ano de 1908 afirmara: “O timorense, como todos os povos que tiveram vida própria, ama a sua independência e vê com mal disfarçada submissão o domínio de estranhos: aceita-o porque se reconhece mais fraco, mas está sempre pronto a procurar a primeira ocasião que lhe restitua a perdida independência”.

E assim aconteceu desde o primeiro momento da invasão do território timorense pelas forças militares nipónicas. Sem hesitarem e conscientes dos riscos, rapidamente europeus e timorenses se organizaram e estruturaram redes clandestinas de apoio e sustentação das forças de guerrilha australianas (Sparrow Force) que, pressionados pelas crescentes acções punitivas dos japoneses, se tinham refugiado nas montanhas do centro da ilha e de onde lançavam as suas acções contra as forças inimigas.

Cerca de dois meses depois do desembarque das primeiras forças japonesas em Timor, em 17 de Abril de 1942, o General Douglas MacArthur, então comandante supremo militar da área Sudoeste do Pacífico, aprovou a criação na Austrália de uma organização de operações especiais com vista à preparação de acções militares em territórios ocupados por forças inimigas. Foi então criada a ISD (Inter-Allied Services Department) sendo criada no seio do mesmo departamento a “Secção Timor” chefiada por um antigo jornalista e cartógrafo “que tinha visitado Timor português inúmeras vezes entre 1919 e 1927. Em Junho de 1942 o Exército australiano criava oficialmente a “Unidade Especial

Z”, na sua ordem de batalha de modo a enquadrar o pessoal, portugueses e timorenses incluídos, e as operações levadas a cabo pelo ISD.

TREINO E EQUIPAMENTO

O treino ministrado a portugueses e timorenses pelas forças militares australianas consistiu, essencialmente, em instrução do tipo “comando”.

Durante a instrução e quando empenhados em acções planeadas, portugueses e timorenses usavam o fardamento completo e regulamentar do Exército Australiano e alguns, portugueses, como Cal Brandão e Manuel de Jesus Pires, usavam as insígnias de Tenente nas suas camisas.

Além do armamento individual transportado pelos operacionais, para Timor foram enviadas várias centenas de espingardas Lee Enfield, Bren, metrelhadoras Sten e outro armamento diverso com o qual se armaram diversos grupos de timorenses leais empenhados na luta contra os japoneses.

Em finais de 1943 o chefe da “secção Timor” afirmava que: “(...) estes rapazes valerosos são operacionais inatos que possuem sólidos conhecimentos, merecem total confiança e com certeza serão firmes na sua acção no terreno (...)” Na mesma altura propunha que estes elementos dessem origem a um movimento de resistência em Timor sob a designação de “Filhos de Timor”.

O treino era fisicamente muito exigente. A instrução básica durava 8 semanas durante as quais recebiam formação e treino de guerra de guerrilha, combate na selva, treino de armamento, demolições, transmissões, avaliado em 4 exigentes exercícios de campo. Cerca de dezena e meia de timorenses receberam também treino de paraquedismo numa base da RAAF.

De entre todos os portugueses treinados na Austrália, dois mereceram a distinção de comandar operações no terreno: o Tenente Manuel de Jesus Pires (antigo administrador da circunscrição de S. Domingos) e António Policarpo de Sousa Santos, antigo Administrador da Circunscrição da Fronteira.

No que diz respeito **AS OPERAÇÕES DE GUERRILHA EM QUE PARTICIPARAM PORTUGUESES OU TIMORENSES elas são 8**

LIZARD I, II, III – 7JUL42 – 10FEB43

PORTOLIZARD- 10FEB43 – 04AGO43

LAGARTO (Tenente Pires) – 01JUL43 – 29SET 43 (CAPTURA)

COBRA – 27JAN44 – MEADOS FEV44 (TODOS CAPTURADOS)

ADDER – 21-22AGO44

STARLING (Sousa Santos) – AGO44 – ABR45 (CANCELADA)

SUNDOG – FINAIS JUN45

GROPER – 7 SET – 19OUT45 (Busca de elemento da SRD – participaram 3 timorenses)

Centremos a nossa atenção na A OPERAÇÃO LAGARTO (Tenente Pires) – 01JUL43 – 29SET 43 (CAPTURA)

O Tenente Manuel de Jesus Pires, escolhido para comandar a operação Lagarto, chegara a Melbourne em 23 de Fevereiro de 1943 evacuado de Timor e passara a trabalhar secretamente no Quartel-General da “Allied Geographical Section” tendo-lhe sido atribuída a designação de código “ABC”.

Em Fevereiro de 1943, por iniciativa própria, escreveu ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Australianas pedindo para regressar a Timor integrado na primeira força que fosse infiltrada no território. Por essa altura já as autoridades australianas tinham planeado enviar dois grupos chefiados pelo Tenente Pires (para actuação na zona Leste do território) e Sousa Santos (zona oeste)

A partir de Maio de 1943 a força destinada à operação Lagarto recebeu treino diversificado em diferentes locais da Austrália. No dia 12 Junho, o departamento de operações especiais (SRD) entregou ao Tenente Pires uma directiva operacional de 6 páginas, atribuindo-lhe a missão de criar e dirigir uma rede secreta de resistência na zona Leste de Timor, entre Manatuto e Lautem.

Ainda nesse mês, o grupo de quatro elementos que constituía a força LAGARTO viajou para Fremantle onde embarcou no submarino USS Gar (206).

A 18 de Junho o submarino chegou ao ponto de desembarque. Não conseguindo contactar com a força da operação PORTOLIZARD e com alguns elementos da força a recusarem-se a desembarcar por falta de segurança na zona, o Tenente Pires propõe-se desembarcar sozinho. Informado pelo comandante do submarino da situação, o departamento de operações especiais (SRD) informa que a manter-se a recusa de desembarque, Pires deve avançar sozinho e alerta que os restantes elementos da força seriam transportados para a Austrália onde ficariam sob custódia até ao final do conflito.

No dia 1 de Julho, de noite, toda a força LAGARTO desembarcou numa lagoa entre Luca e o rio Dilor, na costa Sul, onde os aguardavam elementos da força PORTOLIZARD.

Progredindo para o interior, a força LAGARTO foi atacada pelos japoneses perto do cabo Bigono na costa Norte. Dos confrontos resultaria a captura pelos japoneses do Tenente Pires, de um sargento australiano e de vários timorenses.

O Tenente Manuel de Jesus Pires, prisioneiro de guerra, viria a morrer de malária em finais de 1944.

Do grupo inicial da força LAGARTO apenas dois elementos sobreviveram à guerra.

PRISIONEIRO DE GUERRA

Se duvidas houvesse, sobre o tratamento dado pelos japoneses aos portugueses e timorenses acusados de colaborarem com as forças australianas, atente-se no caso do Tenente Liberato.

No dia 10 de julho de 1944 um militar português, Tenente António Oliveira Liberato, e três destacados funcionários civis também portugueses, foram, após detenção e interrogatório pela polícia militar nipónica, a temida *kempeitai*, transferidos por via marítima para um local de cativeiro situado na ilha de Alor designado Kalabai, onde ficaram detidos numa casa rudimentar, rodeada de arame farpado, à guarda de indígenas armados comandados por um militar japonês.

O Tenente Liberato, como outros habitantes, acusado de colaboração com as forças australianas e holandesas, tinha sido detido dois meses antes e durante o seu cativeiro em Díli foi sujeito a apertado interrogatório onde não faltaram sessões de tortura, “suplícios de inenarrável desumanidade”.

De acordo com diversos relatos, amarrados pelos pulsos com uma corda os prisioneiros eram em seguida pendurados nas grades do cárcere e içados de modo que os pés não tocassem o solo. Seguiam-se sessões intermináveis de interrogatórios e espancamentos, apenas interrompidos por breves períodos para rotação do interrogador ou então, seguindo um qualquer programa de ação psicológica sobre o prisioneiro que passava, depois de espancado, senta-lo à mesa, conversar amistosamente com ele, fornecer-lhe algum alimento e cigarros sendo em seguida novamente pendurados nas grades.

Aos prisioneiros timorenses era também aplicada a chamada “tortura da água” que consistia em deitar o prisioneiro “(...) de costas, sobre um estrado, amarrados de pés e mãos, na boca um funil introduzido, à força, entre dentes, enchiam de água o estômago do paciente. Expelida pela boca, pelas narinas e pelos ouvidos a primeira dose, repetia-se outra (...)”

Em 23 de fevereiro de 1945 faleceu o primeiro português (Eng. Canto Resende).

Observados por um médico em 20 de março de 1945, aos restantes três portugueses foi diagnosticado beribéri e paludismo sem que, contudo, lhes fosse fornecido qualquer tipo de tratamento. Em 25 desse mês faleceria outro português (gerente do BNU João Duarte) inchado e com graves dificuldades de locomoção.

Viriam a deixar a ilha de Alor em 23 de agosto de 1945, chegando a Díli no dia 28 do mesmo mês. Só no dia seguinte, e após intervenção do Governador junto Cônsul japonês, seriam definitivamente libertados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reocupação da colónia portuguesa começou pelos Postos de Liquiçá e Maubara, e só terminou em 21 de Novembro de 1945. Foi feita sem armas, por um grupo de 163 portugueses europeus, 19 timorenses funcionários da administração e 14 assalariados.

Sabemos hoje que em 21 de junho de 1946 chegaram a Díli dois elementos da *War Crimes Commission* australiana para investigar crimes de guerra cometidos pelos japoneses em Timor. Dos contactos estabelecidos junto das autoridades portuguesas locais resultou a criação de uma comissão de investigação conjunta composta por elementos australianos, um elemento da administração portuguesa e um oficial do exército holandês. Nos relatórios que à posteriori esses elementos redigiram deixaram bem expressa não só a reduzida colaboração recebida das autoridades portuguesas como também a sua ação obstrutiva às investigações efetuadas.

No que respeita ao reconhecimento dos actos valerosos levados a cabo por portugueses e timorenses em Timor durante a ocupação japonesa, ele foi efectivo por parte das autoridades australianas e inexistente por parte das portuguesas que se revelaram mais empenhadas em punir exemplarmente muitos dos resistentes de Timor.

Ainda antes da invasão japonesa, em Janeiro de 1942, o Governador de Timor proibira a população em geral de apoiar as forças australianas e holandesas que tinham entrado no território ilegalmente. Essa proibição voltou a ser anunciada publicamente em Agosto e Setembro de 1943 passando a contemplar também todo e qualquer apoio prestado às forças militares japonesas.

Já depois da rendição japonesa em Setembro de 1945, na Austrália, António Policarpo de Sousa Santos que tinha sido escolhido para comandar a operação STARLING, tomou conhecimento officioso de que em Portugal se preparava a sua apresentação a um conselho disciplinar. Conhecedores desta intenção das autoridades portuguesas logo os australianos desenvolveram contactos internacionais ao mais alto nível procurando anular aquela intenção.

Sousa Santos chegou a Lisboa no dia 15 de Fevereiro de 1946 e em meados do mesmo tomou conhecimento oficial das acusações que sobre ele recaíam. O “Conselho Superior de Disciplina das Colónias” apreciaria o caso de Sousa Santos a partir de Dezembro de 1946 e em 10 de Janeiro do ano seguinte, certamente devido à pressão exercida pelas autoridades australianas e inglesas, acabaria por absolver Sousa Santos da acusação de colaboração com forças australianas e holandesas, ao mesmo tempo que anulava a suspensão que lhe fora imposta em Março de 1946 impedindo-o de exercer qualquer função pública.

Em sentido contrário, na Austrália, muitos foram os resistentes de Timor a quem foram concedidas distinções, pensões monetárias e mesmo a possibilidade de passarem a residir e trabalhar naquele país.

A ocupação japonesa de Timor levou a fome e a morte violenta a uma comunidade local já de si depauperada e teve uma violência que levou à destruição das mais basilares práticas sociais e ao colapso da administração portuguesa na colónia.

Relembre-se que as forças japonesas invadiram Timor a pretexto de razões de autodefesa derivadas da presença de forças australianas e holandesas naquela ilha, no entanto, utilizando e manipulando habilmente as “colunas negras”, ao longo do tempo criaram um estado de terror permanente. Um estado ao qual foram deliberadamente conferindo contornos de guerra fratricida destinados a dissimular uma real guerra aberta e a criar condições para as autoridades nipónicas se desresponsabilizarem dos atos violentos que, a coberto daquela, eram praticados pelos seus militares.

Sobre esse período escreveu o Governador de Timor à data, Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, da invasão:

“Foi um período sem história, ou antes, em que a história se reduz a poucas palavras: era preciso que os japoneses nos não vencessem nessa luta sem tréguas para nos aniquilarem física e moralmente; houvesse o que houvesse, eles não nos venceriam porque era preciso que nós resistíssemos.”

BIBLIOGRAFIA

Blackburn, Kevin, ed., Hack, Karl, ed., *Forgotten Captives in Japanese-Occupied Asia*. London: Routledge, 2008.

Brandão, Carlos Cal, *Funo: Guerra em Timor*, Edições A.O.U., Porto: 1946.

Callinan, Bernard, *Independent Company: The Australian Army in Portuguese Timor 1941–43*. London: William Heinemann, 1953.

Cardoso, António Monteiro, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007.

Carvalho, José dos Santos, *Vida e Morte em Timor Durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Livr. Portugal, 1972.

Carvalho, Manuel de Abreu Ferreira de, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2003.

Daws, Gavan, *Prisoners of the Japanese: POWs of World War II in the Pacific*. New York: Harper Perennial, 1994.

Gunter, Janet. “Os mortos inquietos e o império despido: a II Guerra Mundial e as suas consequências em Timor-Leste” in *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, org. por Rui Feijó, 115-137. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Horton, William Bradley, “Through the Eyes of Australians: The Timor Area in the Early Postwar Period” in *Journal of Asia Pacific Studies*. Waseda University, 2009.

Liberato, António de Oliveira, *O Caso de Timor*. Lisboa: Portugália, 1941.

Liberato, António de Oliveira, *Os Japoneses Estiveram em Timor*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

Motta, Carlos Teixeira da, *O Caso de Timor na II Guerra Mundial. Documentos Britânicos*. Lisboa: Instituto Diplomático, 1997.

Oliveira, Arménio Ramires de, *História do Exército Português, 1910-1945*. vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994.

Santa, José Duarte, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941 -1945*. Notícias, Lisboa: 1997.

Vieira, Carlos da Rocha, *Timor — Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: SHIP, 1994.